

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENADORIA DE IMPRENSA**

**Belém (PA), 9 de janeiro de 2015**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENADORIA DE IMPRENSA**

07/01/2015 18h00 - Atualizado em 07/01/2015 18h00

## **Juíza determina pagamento a professores de Pacajá, no PA**

Multa diária é de R\$ 100 mil caso decisão seja descumprida.

Decisão diz que foi violado princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Do G1 PA

A juíza de direito da Comarca de **Pacajá**, Luanna Karissa Araújo Lopes, determinou que a prefeitura do referido município realize o pagamento imediato da gratificação de nível superior dos professores da Educação Básica I e II, suspensa desde o mês de maio de 2014. A magistrada fixou multa diária de R\$ 100 mil caso a determinação seja descumprida. As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (7).

A decisão foi proferida no dia último dia 14 de dezembro, após o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) impetrar mandado de segurança coletivo alegando que o município de Pacajá reduziu de 40% e 60% para 20% e 30% do vencimento base a gratificação, respectivamente, dos professores da Educação Básica I e II. A magistrada argumentou que foram violados direitos adquiridos e o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

O município de Pacajá alega que a categoria acumula ilegalmente duas gratificações de nível superior, uma concedida pela lei orgânica e outra pela lei municipal nº 347/2011, por isso decidiu reduzir um dos percentuais.



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### COORDENADORIA DE IMPRENSA

**A6 BELÉM**

Diário do Pará  
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 09/01/2015

**IMÓVEL DA RECEITA QUE PEGOU FOGO**

## Prédio será entregue ao TJPA

WAL SARGES

Depois de dois anos sem utilização, o prédio que abrigava a Receita Federal e outros seis órgãos será doado para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). O tribunal venceu a disputa de contrato pois apresentou planejamento e condições financeiras para arcar com o orçamento estimado em R\$ 40 milhões para reforma geral do prédio.

A Secretária de Patrimônio da União (SPU), responsável pela tramitação do processo, realizou consulta em

forma de ofício aos órgãos públicos. A superintendente Maria Aparecida Cavalcante, da Secretária de Patrimônio da União (SPU), explicou que neste caso não é preciso fazer licitação. "Houve uma licença de licitação, o que é permitido pela legislação entre órgãos públicos. O TJ passou por todas as etapas para atender às exigências, como a apresentação de uma fonte de recursos, e respondeu com rapidez", informou.

A lei determina que sejam consultados primeiramente os órgãos públicos federais, depois estaduais e municipais. "Após ser definido em Brasília que não havia interesse do governo federal em reformar o prédio, ele foi colocado à disposição. O TJ manifestou interesse, assim como uma secretaria de Estado, mas ela não respondeu aos requi-



Prédio onde funcionava a Receita Federal agora vai sediar varas de julgados especiais do TJPA

sitos financeiros".

Se tivesse em bom estado, o prédio teria um valor estimado de R\$ 73 milhões, mas com o incêndio o valor do imóvel é de R\$ 25 milhões. Com a reforma está orçado em cerca de R\$ 40 milhões. Depois do incêndio, o prédio não esteve abandonado, segundo pondera a superintendente. "A União gasta com o prédio cerca de R\$ 42 mil em serviços de vigilância e limpeza".

"São gastos com materiais de limpeza para as áreas transitáveis que são ocupadas por departamentos de arquivos da Controladoria Geral da União (CGU), da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda. Além disso, tem uma recepção que protocola a entrada e saída do prédio e

ainda bens materiais, como cadeiras e mesas. Esses departamentos têm até quatro meses para se retirarem definitivamente do prédio", disse Aparecida.

#### ATENDIMENTO

Para o TJPA, a concentração das 19 Varas de Julgados Especiais da Comarca de Belém, que antes funcionavam em nove endereços distintos, propiciará melhor atendimento aos cidadãos. "Com a centralização das varas o Judiciário contabilizará não apenas vantagens de ordem econômica e administrativa, mas, sobretudo, facilitará o acesso dos serviços da Justiça aos jurisdicionados e demais operadores do Direito. A localização das referidas varas é constante causa de re-

clamações junto ao Judiciário, uma vez que os idosos, muitos com limitações físicas, precisam andar cerca de um quilômetro entre o terminal rodoviário da UFPA até o prédio que sedia as varas", informou a nota enviada pela assessoria de comunicação do TJPA.

A entrega do prédio será feita no dia 14 de janeiro, em uma solenidade. O TJPA tem um prazo de três anos para colocar o prédio em pleno funcionamento.

#### INCÊNDIO

O incêndio ocorreu em agosto de 2012, destruindo a partir do sétimo andar para cima do prédio, deixando algumas partes embaixo preservadas.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**COORDENADORIA DE IMPRENSA**